



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8100

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

293/2019

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO, VIDEOPROJEÇÃO E COMUNICAÇÃO CÉNICA PARA O AUDITÓRIO MUNICIPAL NO SOLAR DA MÚSICA NOVA – LOTE 1 E 2, PELO VALOR GLOBAL DE 187.810,54€, AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL.**

Aos vinte e sete dias do mês de Maio do ano 2019, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de Outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato.-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa colectiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VITOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o acto, nos termos legais e a firma **NAN AUDIOVISUAIS – REPRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, LDA.**, com sede na Rua do Brasil, Lote 9-B, Apartado 180 – Zona Industrial, em Ovar, com o capital social de 250.000,00€, com o número único de matrícula e pessoa coletiva 503517119, representada por **JOSÉ ANTÓNIO CORREIA NEVES**, portador do cartão de cidadão número 07851902 0ZZ2, emitido pela República Portuguesa e válido até 25 de Janeiro de 2021, contribuinte número 156544512 e **EDER WILSON ALVES ANDRADE**, portador do cartão de cidadão número 14905231 6ZZ6, emitido pela República Portuguesa e válido até 25 de Janeiro de 2021, contribuinte número 176058451, na qualidade de gerentes da empresa, com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

**PRIMEIRA:** Que por despacho do Sr. Vice-Presidente de **08 de Maio de 2019**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica número 53, II Série de 15 de Março de 2019 e JOUE – S55 datado de 19 de Março de 2019 foi adjudicado à empresa **NAN AUDIOVISUAIS – REPRESENTAÇÃO E**



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8100

**DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, LDA., a “AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO, VIDEOPROJEÇÃO E COMUNICAÇÃO CÉNICA PARA O AUDITÓRIO MUNICIPAL NO SOLAR DA MÚSICA NOVA – LOTE 1 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE CENA PARA O AUDITÓRIO MUNICIPAL NO SOLAR DA MÚSICA NOVA E LOTE 2 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA O SISTEMA DE SONORIZAÇÃO DE CENA PARA O AUDITÓRIO MUNICIPAL NO SOLAR DA MÚSICA NOVA, pelo valor global de 187.810,54€ (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e dez euros e cinquenta e quatro cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental 02/07.01.10.02;-----**

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º 3547 e LCPA n.º 7567, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

**SEGUNDA:** O objeto do presente contrato consiste na aquisição e instalação de equipamento de iluminação, sonorização, vídeo projeção e comunicação cénica para o Auditório Municipal no Solar da Música Nova, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II do caderno de encargos e na proposta do fornecedor que se dá por inteiramente reproduzida.-----

**TERCEIRA:** A entrega e instalação dos bens objeto de contrato serão no Auditório Municipal no Solar da Música Nova localizado na Rua Sacadura Cabral n.º 26 em Loulé, no prazo de 30 dias, após a assinatura do contrato, de acordo com a proposta do adjudicatário.-----

**QUARTA:** Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no presente contrato decorrem ainda para o prestador de serviços as obrigações previstas no artigo terceiro da parte I - cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

**QUINTA:** O fornecedor obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante o bem objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8100

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'viti Per!', 'J', and 'RUC'.*

caderno de encargos, em perfeitas condições de utilização para o fim a que se destinam;-----

**SEXTA:** O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Edilidade;-----

**SÉTIMA:** Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou o que venha a ser acordado, acrescido das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor da adjudicação, de montante a fixar nos termos do artigo 10º da parte I do caderno de encargos;-----

**OITAVA:** Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 11 da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;----

**NONA:** As quantias devidas serão pagas no prazo de 60 dias após a receção das respectivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva;-----

**DÉCIMA:** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor



# **CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8100

violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:-----

- a) Quando se verificarem incumprimentos, ou seja, atraso na entrega superior a 30 dias seguidos.-----
- b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.-----

O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Edilidade;-----

**DÉCIMA PRIMEIRA:** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

**DÉCIMA SEGUNDA:** A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos;-----

**DÉCIMA TERCEIRA:** Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos Tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

**DÉCIMA QUARTA:** O fornecedor fica obrigado a cumprir todos os requisitos da constantes na parte II – cláusulas técnicas do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais;-----

**DÉCIMA QUINTA:** De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é André Deltell, Técnico Superior no Cine Teatro louletano;-----

**DÉCIMA SEXTA:** Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----


**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8100

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 08 de Maio de 2019 e aceite pela representada do segundo outorgante.--

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário;-----
- Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes. -----

**O PRIMEIRO OUTORGANTE,**

**OS SEGUNDOS OUTORGANTES,**

**O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,**

